CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 128/2021

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2021 – ARP N° 069/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 076/2021

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRANCINÓPOLIS – PI E A EMPRESA ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI.

A **PREFEITURA DE FRANCINÓPOLIS – PI**, com sede na Praça Newton Campelo, nº 193, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.554.919/0001-03, neste ato representado pelo **Sr. Paulo César Rodrigues de Morais**, Prefeito de Francinópolis – PI, portador do CPF/MF nº 614.550.163-49 e RG nº 1.099.243-SSP/PI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI**, CNPJ nº 00.226.324/0001-42, Inscrição Estadual nº 10.136.759-7, estabelecia na Rua R-5, Nº 140, Quadra R-9, Lote 19, Setor Oeste, CEP: 74.125.070, Goiânia – GO, Fone (62) 3924-6034, E-mail eletricaluzz02@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Marajá Serafim de Sousa**, portador do RG nº 2952.119-SSP/GO e CPF n° 591.077.151-53, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 076/2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 021/2021**, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de materiais para iluminação pública para atender necessidade do Município de Francinópolis – PI**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI					
CNPJ: 00.226.324/0001-42		**INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.136.759-7**			
ENDEREÇO: Rua R-5, Nº 140, Quadra R-9, Lote 19, Setor Oeste, CEP: 74.125.070, Goiânia – GO.					
REPRESENTANTE: Marajá Serafim de Sousa					
E-MAIL: eletricaluzz02@gmail.com		**TEL.: (62) 3924-6034**			
DADOS BANCÁRIOS: Agência 3483-5, Conta 27.584-0, Banco do Brasil.					
Item	**Especificação**	**Marca**	**Quant.**	**Valor Registrado (R$)**	
				Unitário	**Total**
1	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 1.000W, MODELO RM-10, 150-60 HZ/220V, 1800 VA (FP<0,5), 500 VA (FP>0,92)	TECNOLINSA	100 UND	5,00	500,00
2	BRAÇO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA 1 M	JRC	100 UND	31,00	3.100,00
5	DISJUNTOR 20A MONOFÁSICO	SOPRANO	30 UND	8,00	240,00
6	DISJUNTOR 20A TRIFÁSICO	SOPRANO	10 UND	31,34	313,40
7	DISJUNTOR 25A MONOFÁSICO	SOPRANO	10 UND	8,30	83,00
8	DISJUNTOR 25A TRIFÁSICO	SOPRANO	10 UND	34,00	340,00
9	DISJUNTOR 32A MONOFÁSICO	SOPRANO	10 UND	8,30	83,00
10	DISJUNTOR 32A TRIFÁSICO	SOPRANO	10 UND	33,90	339,00
11	DISJUNTOR 40A MONOFÁSICO	SOPRANO	10 UND	9,00	90,00

12	DISJUNTOR 40A TRIFÁSICO	SOPRANO	10 UND	37,00	370,00
13	DISJUNTOR 50A MONOFÁSICO	SOPRANO	10 UND	8,50	85,00
14	DISJUNTOR 50A TRIFÁSICO	SOPRANO	10 UND	41,00	410,00
15	DISJUNTOR 70A MONOFÁSICO	SOPRANO	10 UND	17,00	170,00
16	FIO FLEXÍVEL DE 2,5MM	ENERGY	3.000 M	2,10	6.300,00
17	FIO FLEXÍVEL DE 4MM	ENERGY	500 M	3,46	1.730,00
18	FIO FLEXÍVEL DE 6MM	ENERGY	500 M	5,16	2.580,00
19	FITA ISOLANTE AUTOFUSÃO 10 M	DECORLUX	20 UND	19,00	380,00
20	FITA ISOLANTE 18X20 M	SOPRANO	200 UND	4,30	860,00
21	GLOBO ACRÍLICO 15X30 TRANSPARENTE	STILOPLAST	60 UND	46,00	2.760,00
26	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W, 220V, 500K	KIAN	36 UND	30,04	1.081,44
29	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED SLO 3010002-100W 6.000K	MBLED	100 UND	223,75	22.375,00
32	REATOR DE USO EXTERNO PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W 220V	JRC	36 UND	83,88	3.019,68
33	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO DE70W	JRC	500 UND	44,89	22.445,00
34	REATOR VAPOR DE SÓDIO 150W, 220V	JRC	30 UND	51,58	1.547,40
35	RELÉ FOTOELÉTRICO SEM BASE, 1.000 W, MODELO RM-10, 150-60 HZ/220V, 1800 VA (FP < 0,5), 500 VA (FP > 0,92)	ILUMATIC	200 UND	29,98	5.996,00
36	RELÉ PARA CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (RELÉ FOTOELÉTRICO MODELO RTF/82 220V 1.000W A 1.800W)	EXATRON	30 UND	17,80	534,00
37	SOQUETE DE LOUÇA PARA LÂMPADA	DECORLUX	120 UND	1,63	195,60
Valor total:					**77.927,52**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é **até 31/12/2021**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1.O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 77.927,52 (setenta e sete mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

UNID. ORÇ.	CLASS. FUNCIONAL	NAT. DESPESA
02 04	26 762 0002 2029 0000	3.3.90.30.00

Fontes: FPM, ICMS, COSIP E RECURSOS PRÓPRIOS.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1 O pagamento será efetuado mediante entrega do bem e do aceite pelo órgão responsável, após a comprovação de que a empresa CONTRATADA está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos com a Previdência Social e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) contados da entrega da NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE FORNECIMENTO, EMITIDA CONFORME PROTOCOLO N° 085/2010 APROVADO PELO CONFAZ-CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA, OBRIGATORIAMENTE ACOMPANHADA DO DANFE (DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRONICA), devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os Tributos Federais, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União.

5.1.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

5.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste termo, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia Sobre Tempo de Serviço (FGTS) e os Tributos Federais, conforme item 14.1.

5.4. As Notas Fiscais/fatura deverão vir acompanhadas da respectiva ordem de serviço.

5.4.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. O objeto deverá ser executado conforme as necessidades do município, mediante emissão da ordem de compra;

6.2. A entrega deverá ser efetuada nos locais indicados nas ordens de serviço emitidas pelo município;

6.3. O prazo de entrega dos bens é de até **20 (VINTE) DIAS**, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal demandante, o local de entrega será acordado com a secretaria demandante.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

8.1.1. Recebimento provisório, lavrado na data de execução dos serviços e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do execução dos serviços, nem do respectivo faturamento.

8.1.1.1. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos serviços, com ênfase na integridade fisica, quantitativa e qualitativa.

8.1.2. Recebimento definitivo, lavrado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993, compreendendo a aceitação

do bem/serviço, segundo a quantidade, qualidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

8.1.2.1. O recebimento definitivo consiste na verificação do atendimento dos serviços aos termos e condições do termo de referência, Contrato e seus anexos, inclusive a proposta comercial da Contratada.

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo para execução dos serviços, a Contratada se obriga a:

a) entrega do objeto no prazo estabelecido, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Serviço expedida pelo CONTRATANTE, conforme especificações técnicas estabelecidas Ato convocatório e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
b) substituir o objeto reprovados no recebimento provisório, por estarem em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou com a Proposta de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva Notificação;
c) substituir o objeto em que se verificarem vícios redibitórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da constatação do vicio e às suas expensas, a critério da CONTRATANTE;
d) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
e) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução do objeto;
f) designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução deste Contrato, indicando seus endereços físico e eletrônico (e-mail), telefone, celular e fac-símiles;
g) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
h) responsabilizar-se pela qualidade do objeto entregue, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
i) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução deste Contrato, como única e exclusiva empregadora;
j) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
k) responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
l) manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.2. O Município de Francinópolis – PI, pessoa jurídica de direito público, por intermédio das Secretarias Municipais obriga-se a:

a) emitir as respectivas Autorizações de Compra;
b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
c) atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega do bens nas condições contratuais, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com as especificações exigidas;
d) notificar a CONTRATADA para a substituição os objetos reprovados no recebimento provisório;
e) notificar a CONTRATADA para a substituição dos obejetos que apresentarem vícios redibitórios após a assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo;
f) efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
g) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o execução do contrato;

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
i) propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Contrato a ser celebrado, serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer em inexecução total ou parcial do execução dos serviços as penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, aplicando-se ainda as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) do valor global do Contrato, em caso de atraso de até 05 (cinco) dias para o execução dos serviços a contar do prazo estipulado em cada ordem de serviço ou documento equivalente emitida, ou descumprimento de qualquer obrigação assumida.

11.1.3. Multa moratória de 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para o recebimento da ordem de serviço.

11.2. As sanções administrativas previstas no Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa;

11.3. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério da administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Elesbão Veloso (PI) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Francinópolis (PI), 29 de outubro de 2021.

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE MORAIS
Prefeito de Francinópolis – PI
CONTRATANTE

MARAJÁ SERAFIM DE SOUSA
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS (dispensadas em caso de assinatura eletrônica):

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: